

1. Título da Prática Inovadora de Sucesso

Expedição de Educação Ambiental no Pantanal.

2. Caracterização da situação anterior

O Pantanal é a maior área alagável do mundo. Apesar de estar concentrado no Brasil, o bioma também avança Bolívia e Paraguai adentro, espalhando-se por um total de 170.500 Km² – extensão equivalente à soma dos territórios da Bélgica, Holanda, Portugal e Suíça. Na região, há 4,7 mil espécies de plantas e animais selvagens, algumas das quais ameaçadas de extinção (SELLITTI, 2019). Milhares dos habitantes da região vivem da terra, dedicando-se à pesca ou à agricultura familiar.

O Estado de Mato Grosso do Sul, mais especificamente, o município de Corumbá/MS, capital do Pantanal, possui atualmente área total de 64.960,863 km², segundo a Embrapa Monitoramento por Satélite¹. Desse total, apenas 21,57 km² trata-se de área urbana, sendo o restante, área rural, onde o acesso, na maioria das vezes, é realizado por via hídrica, utilizando-se o Rio Paraguai com cerca de 500 km de extensão para deslocamento.

Apesar de o Pantanal passar parte do tempo alagado, há rios que são perenes, como o Rio Paraguai e seus afluentes, cujas margens são ocupadas por “ribeirinhos”, aquelas pessoas que dependem do rio para sobreviver. São comunidades tradicionais que trabalham, na maioria das vezes, com pesca profissional artesanal (de pequena monta e pouca tecnologia) e com a coleta de iscas vivas. Vivem bem próximos das margens dos rios em casas simples, feitas de pau à pique, rebocadas com barro e cinzas de madeira e cobertas com folha de acuri.

O Rio Paraguai, por ser uma malha fluvial com enorme estoque pesqueiro, recebe ainda turistas de todo o Brasil, até mesmo estrangeiros, que buscam em suas águas a captura de exemplares de grande porte, extravasando, na maioria das vezes, as cotas permitidas e as medidas dos pescados.

Nesta região, conhecida como Alto Pantanal, se encontra uma das mais belas paisagens pantaneiras, a Serra do Amolar. Considerada hoje área prioritária para conservação da biodiversidade, abriga um enorme corredor ecológico nacional, de quase 300 mil hectares, onde se encontram o Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense e três Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN's). Sua importância é classificada pelo Ministério do Meio Ambiente como “extremamente alta” e sua proteção depende em grande parte, de uma

¹ <http://geoinfo.cnpm.embrapa.br/>

comunidade sensibilizada para sua conservação e, de um policiamento efetivo que contribua sobremaneira com a diminuição dos impactos que a ameaçam.

Contudo, devido às peculiaridades e às condições geográficas da região, a prestação de serviços de Segurança Pública, seja de âmbito ambiental ou social, incluindo a oferta de serviços essenciais para estas comunidades, se torna mais complexo e deficitário, pois enfrenta desafios únicos. Promover a Segurança Pública em regiões e comunidades distantes, como as do Pantanal, exige uma abordagem adaptada às condições específicas do local, com soluções criativas, econômicas e colaborativas que envolvam tanto as autoridades de segurança quanto as comunidades e as demais organizações e instituições públicas e privadas que por lá atuam.

Neste contexto socioambiental, se insere a Polícia Militar Ambiental (PMA). As atribuições da PMA geralmente incluem a fiscalização e a preservação do meio ambiente, a proteção da fauna e flora, o combate a crimes ambientais, a conscientização da população local e visitantes sobre a importância da preservação e a aplicação de legislações ambientais. No entanto, dada a vastidão do Pantanal e a dificuldade de acesso a muitas áreas, a PMA acaba sendo uma das instituições mais presentes e capacitadas para atuar nas demandas sociais, especialmente na região do Alto Pantanal com o apoio logístico, apoio em emergências, ações de cunho social, prevenção da criminalidade, mediação de conflitos e integração com outras instituições. É de praxe ser solicitada com frequência para apoiar as mais variadas ações que demandem longos deslocamentos, com o uso de barcos e recursos humanos.

Por este motivo, a PMA vislumbrou a realização de uma ação que reunisse diversos órgãos públicos e privados com caráter ambiental e social, otimizando a utilização de recursos tempo, equipamentos e estrutura, ao mesmo tempo em que se faz presente, promovendo a conservação ambiental e a Segurança Pública para diversas comunidades localizadas nesta remota região do Pantanal.

Assim, a Expedição de Educação Ambiental no Pantanal ganhou vida. Em 2023 completa 8 anos de atuação junto a diversas instituições parceiras, se tornando uma força positiva ao integrar educação, conservação ambiental e responsabilidade social, proporcionando maior aproximação do PMA com a comunidade, fortalecendo os laços de confiança, capacitando e emponderando-a para se envolverem na proteção e preservação do meio ambiente com qualidade de vida².

² <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2022/pma-e-parceiros-realizam-a-7a-expedicao-de-educacao-ambiental-e-trabalhos-sociais-no-pantanal/>

3. Descrição da Prática Inovadora de Sucesso

A Expedição de Educação Ambiental no Pantanal é uma ação relevante e abrangente, com um grande potencial para trazer resultados ainda mais significativos para as comunidades ribeirinhas do Alto Pantanal. Embora pese em seu nome uma maior atuação na área ambiental e educacional, a Expedição também possui impactos positivos na Segurança Pública da região e na assistência social.

Essa iniciativa ensejou a criação do Posto de Fiscalização Móvel da PMA, uma embarcação dotada de alojamentos, refeitório, cozinha e uma grande estrutura para apoio a embarcações menores, responsáveis pela fiscalização na bacia pantaneira.

Utilizando-se essa embarcação, realiza-se anualmente a Expedição de Educação Ambiental no Pantanal, por via fluvial, com duração de uma semana, percorrendo 700 quilômetros entre ida e volta na região do Alto Pantanal. Além da expedição, patrulhamentos constantes ao longo do ano são realizados a fim de realizar o trabalho da PMA, bem como o monitoramento das ações realizadas durante a expedição.

Dessa forma, além da marcante presença do PMA nestas regiões mais isoladas, fiscalizando e investindo na prevenção, tem sido possível proporcionar às comunidades informações de cunho ambiental, profissional, psicológico, de saúde e social; donativos como roupas, sapatos e brinquedos; assistência jurídica; equipamentos de proteção individual - EPI; oficinas e atividades lúdicas para as escolas, além da doação de material didático, esportivo e equipamentos de informática.

3.1 Objetivos propostos e resultados visados

A prática inovadora da Expedição de Educação Ambiental no Pantanal tem como objetivo principal levar os serviços de Segurança Pública, assistenciais e de Educação Ambiental às comunidades ribeirinhas do Alto Pantanal, buscando promover a integração entre as instituições participantes e proporcionando uma atuação mais abrangente e eficiente, com vistas ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade de vida dos ribeirinhos.

Como principais resultados alcançados, podem ser citados³:

Aproximação e engajamento com as comunidades: Ao longo dos oito anos de realização da Expedição, é perceptível uma maior aproximação entre a PMA, as instituições e as comunidades ribeirinhas, fortalecendo os laços de confiança e colaboração e resultando em

³ [Expedição Pantanal 2022 - Polícia Militar Ambiental - MS - YouTube](#)

um aumento da adesão e participação das comunidades não somente nas ações desenvolvidas, mas também nas ações de prevenção e fiscalização.

Fortalecimento da corporação: A Expedição de Educação Ambiental foi iniciada em 2016 como uma ação local, desenvolvida pela 2ª Companhia de Polícia Militar Ambiental – 2ª Cia. PMA. À medida em que a ação foi crescendo, ela foi incorporada pelo Batalhão de Polícia Militar Ambiental - BPMA como uma de suas operações de prevenção, fiscalização e promoção da Segurança Pública. Após dois anos de sua realização, a Expedição motivou a doação do Ministério Público Estadual para aquisição de uma embarcação maior, batizada de Mitã Rory (Criança Feliz), para se tornar o Posto de Fiscalização Móvel, atendendo, além da expedição, outras missões da PMA. Assim, houve incremento da capacidade de transporte, melhor acomodação da tripulação, segurança e estabilidade, flexibilidade nas operações, visibilidade e impacto na comunidade e melhoria nas ações de educação ambiental. A aquisição da Mitã Rory também proporcionou à PMA uma maior aproximação com outras instituições, sejam públicas ou privadas, fortalecendo-se os vínculos institucionais.

Preservação do meio ambiente e conscientização: A Educação Ambiental promovida pela Expedição contribui para a conscientização das comunidades sobre a importância da preservação do bioma pantaneiro e dos recursos naturais da região. Isso tem levado a uma maior participação das comunidades na proteção do meio ambiente e na adoção de práticas sustentáveis.

Redução de conflitos e aumento da segurança: A presença do Estado e a atuação integrada das instituições contribuem para a redução de conflitos territoriais e pela disputa de recursos naturais. Ademais, a presença do PMA nessas regiões mais isoladas tem proporcionado um ambiente mais seguro e protegido para as comunidades.

Atendimento integral às necessidades locais: Com a atuação integrada das instituições, as comunidades têm acesso a uma gama de serviços e ações que atendem suas diversas necessidades, incluindo Segurança Pública, saúde, educação, assistência social, ações de preservação ambiental e, principalmente, assistência jurídica. Os moradores recebem apoio do Núcleo de Prática Jurídica da UFMS em processos previdenciários, auxílio maternidade, regularização de documentos e outras situações (Figura 1). A oferta deste serviço diretamente na comunidade trouxe auxílio, dignidade e esperança para diversas pessoas ao providenciar que recebam e tenham seus direitos, o que não seria possível, considerando que dificilmente se deslocariam para o centro urbano com a intenção de procurar por este atendimento.

Figura 1 – Prestação de assistência jurídica previdenciária na comunidade do Paraguai Mirim



Fonte: UFMS (2020)

Melhoria das condições de trabalho e orientações para diminuição do trabalho análogo ao escravo: O Ministério Público do Trabalho (MPT), um dos principais apoiadores da Expedição de Educação Ambiental, se faz presente em todas as edições, conversando e orientando as comunidades sobre as questões trabalhistas. Essas orientações são importantes para diminuição dos casos de exploração infantil e esclarecer as condições de trabalho que podem ser enquadradas como análogos ao trabalho escravo. Durante a expedição, o MPT também auxilia os catadores de iscas das comunidades visitadas com a doação de equipamentos de proteção individual (EPI's) como macacões impermeáveis que garantem segurança no trabalho e condições mínimas de saúde para os profissionais que trabalham submersos em água em jornadas de até 10 horas.

Fortalecimento da identidade cultural: A atenção às particularidades culturais das comunidades ribeirinhas valoriza suas tradições e conhecimentos ancestrais. Isso fortalece a identidade cultural dessas comunidades e evita o processo de aculturação que muitas vezes ocorre com a migração para áreas urbanas.

Promoção do turismo responsável: Com a realização da Expedição, turistas visualizam as equipes durante os trabalhos desenvolvidos nas comunidades e ficam interessados em conhecer a cultura e a natureza do Pantanal, além de ficarem mais atentos ao atendimento das normas ambientais. Isso contribui para a geração de oportunidades econômicas às comunidades locais e incentivo ao turismo responsável.

Melhorias na infraestrutura das comunidades: A Expedição de Educação Ambiental no Pantanal torna mais visíveis necessidades locais, propiciando através de parcerias, o atendimento a essas demandas. Assim aconteceu com a Escola Municipal de Educação Integral Polo Paraguai Mirim - Extensão Paraguai Mirim que, após uma visita da expedição pelo local em 2017, foi reformada no ano seguinte.

Outra ação de grande impacto positivo às comunidades aconteceu com a comunidade indígena da Aldeia Guató, cuja distância da cidade de Corumbá é em torno de 300 km por via fluvial. Essa comunidade vivia isolada, com dificuldades não somente de acesso, mas, principalmente, de comunicação. A Expedição realizada em 2020 contou com a presença do Desembargador João de Deus Gomes de Souza, do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e do juiz do trabalho Márcio Alexandre da Silva, os quais se sensibilizaram com a situação ali encontrada, decidindo por apoiar a instalação de internet na aldeia, reduzindo a exclusão digital e ampliando as oportunidades de acesso ao conhecimento e à informação para essa comunidade⁴. Com a internet, além dos moradores conseguirem se comunicar entre si e com outras regiões, tiveram acesso a recursos educacionais, informações sobre saúde, serviços públicos, entre outros (Figura 2).

Figura 2 – Videoconferência para conferir a chegada de sinal de internet à aldeia Guató



Fonte: TRT24 (2021)

Já em 2022, a presença de representantes da Secretaria Estadual de Educação durante a expedição iniciou um procedimento para abertura de uma turma de Ensino Médio que irá beneficiar as comunidades da Barra de São Lourenço, Paraguai Mirim e as demais próximas à essa região.

Contato das comunidades com serviços distantes de sua realidade: A expedição proporciona o contato das comunidades com serviços e interações, na maioria das vezes, distantes de sua realidade. Um exemplo é a participação do Grupamento Aéreo da Polícia Militar, em que a presença de um helicóptero é algo não muito comum na região, podendo as crianças, jovens e adultos chegarem perto da aeronave e interagirem com os policiais. Outro exemplo é a realização de teatro, oferecido por crianças e jovens participantes do Projeto

⁴ <https://www.tst.jus.br/-/justi%C3%A7a-do-trabalho-leva-sinal-de-internet-para-%C3%ADndios-guat%C3%B3s-que-vivem-isolados-no-pantanal>

Florestinha, uma iniciativa de âmbito social desenvolvida pela PMA em diversos municípios. Além de oferecer uma atividade diferenciada para as comunidades, o fato de levar esses jovens em uma região como a Serra do Amolar, fortalece os vínculos destes com o projeto, que visa formar cidadãos mais conscientes para o mundo.

Visibilidade da corporação, do Pantanal e das comunidades ribeirinhas: Uma das atividades mais significativas realizadas durante a expedição é a solicitação para que os alunos produzam desenhos que representem o que mais chama a sua atenção no Pantanal, com base em suas vivências diárias, suas brincadeiras, o auxílio às atividades de seus pais e a apreciação das belezas naturais da região. Esses desenhos são selecionados por uma comissão da Expedição e compõem o “Calendário de Educação Ambiental no Pantanal”⁵, um material híbrido que traz não somente as ilustrações das crianças pantaneiras, mas também informações voltadas para os moradores locais e informações para quem não conhece a realidade do pantaneiro. Essa iniciativa valoriza a visão das crianças sobre sua própria região e incentiva a participação ativa delas na proteção do ambiente em que vivem. O calendário já está em sua sétima edição (com a oitava edição já sendo elaborada) e é um material incorporado pelo Batalhão de Polícia Militar Ambiental, desenvolvido junto com a organização da sociedade civil Instituto das Águas da Serra da Bodoquena e patrocinado pelo Instituto Acaia Pantanal para registrar e perpetuar o conhecimento e a importância do Pantanal, ao mesmo tempo em que inspira a todos a se comprometerem com sua preservação, tirando do anonimato as comunidades, suas escolas, professores e alunos, além de divulgar as ações promovidas pela PMA⁶. Até o ano de 2023 já foram distribuídas gratuitamente 7.200 unidades do calendário para as comunidades, escolas, instituições parceiras, unidades de polícia militar ambiental de outros estados, bem como autoridades de diversa regiões (Figura 3). Por sua relevância, a expedição, por meio deste calendário, foi inserida oficialmente pela Lei Estadual nº 5.348 de 2019, no calendário oficial de eventos do Estado⁷.

⁵ [2o-Simposio-Educacao-Ambiental-e-Transicao-para-Sociedades-Sustentaveis-Anais-1-3.pdf \(usp.br\)](#)

⁶ [266896 CALENDÁRIO EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PANTANAL \(ÁGUAS DO PANTANAL SUL, CORUMBÁ/MS\) - YouTube](#)

⁷ [Lei Ordinária 5348 2019 de Mato Grosso do Sul MS \(leisestaduais.com.br\)](#)

Figura 3 – Entrega do Calendário de Educação Ambiental na Escola Estadual Indígena João Quirino de Carvalho Toghopanaã, a 300 km de distância de Corumbá, MS



Fonte: BPMA MS (2018)

3.2 Público-alvo da prática inovadora

As comunidades ribeirinhas do Alto Pantanal são o público-alvo direto dessa prática. Distribuídas em oito regiões distintas, sendo elas: Tagiloma/ Tuiuiu/Piuval/Capim Gordura; Domingos Ramos; Castelo; Ilha Verde, Paraguai Mirim; São Francisco/Mato Grande/Coqueiro/Bom Fim/São Pedro/Chané; Barra do São Lourenço e Rio São Lourenço e Aldeia Guató, as comunidades que aí vivem participam das atividades da Expedição de Educação Ambiental, recebem os serviços ofertados, e são diretamente impactadas pelas ações desenvolvidas. Ao todo são 257 famílias, num total de 1058 moradores, de acordo com o CRAS Itinerante de Corumbá. Ressalta-se que a distância onde as comunidades vivem está entre 28 (Comunidade do Tuiuíú) a 300 quilômetros do Porto Geral de Corumbá (Aldeia Guató).

Indiretamente, essa prática também afeta as instituições participantes, em destaque a PMA, turistas e o meio ambiente, gerando impactos positivos mais amplos para a região como um todo. A PMA por ser responsável por coordenar e implementar as ações colhe benefícios em termos de integração com as demais instituições envolvidas e de suas atividades e alcance de resultados positivos. Já os turistas que visitam a região são beneficiados com uma experiência turística mais sustentável e consciente, que respeita o meio ambiente e a cultura local. E por fim, as ações de educação ambiental e preservação do meio ambiente têm um impacto indireto positivo no ecossistema do Pantanal, beneficiando aqueles que direta ou indiretamente desfrutam desse bioma.

3.3 Concepção e trabalho em equipe

O processo de criação da Expedição de Educação Ambiental no Pantanal envolveu várias etapas e foi impulsionado pela percepção das necessidades e desafios enfrentados pela Polícia Militar Ambiental na região do Pantanal para promoção da Segurança Pública, juntamente com a compreensão das particularidades do ambiente e das comunidades locais. Esta ação foi concebida como uma iniciativa transversal, integrada e multidisciplinar, atuando não apenas a PMA, mas também outros órgãos públicos e instituições privadas.

Abaixo, é descrito o processo de criação e como surgiu a ideia da realização da expedição:

Identificação de Necessidades e Desafios:

- As atividades da PMA, tendo em vista as longas distâncias percorridas, demandavam pontos de apoio.
- A extensão territorial e fluvial de competência da PMA demandava um ponto de apoio móvel.

A Ideia da Expedição de Educação Ambiental:

- Constatou-se que não apenas a PMA necessitava de pontos de apoio em campo, mas também outras instituições.
- A ideia era não apenas fortalecer a presença da polícia ambiental, mas também oferecer serviços relevantes às comunidades, envolvendo outras instituições.
- A criação de um material híbrido, como um calendário, teve a intenção de trazer visibilidade para aquela região e fortalecer a importância e a presença do Estado, principalmente ao promover Segurança Pública em áreas remotas.

Integração de Parceiros e Instituições:

- A PMA identificou parceiros potenciais que poderiam agregar valor à iniciativa, incluindo o 6º Batalhão de Polícia Militar, o Geopark Pantanal, o Instituto das Águas da Serra da Bodoquena, o Instituto Homem Pantaneiro, a UFMS e a UNIDERP, entre outros.
- A colaboração dessas instituições traria uma variedade de habilidades, recursos e conhecimentos para abordar de forma mais completa as demandas das comunidades e do ambiente.

Viabilização da Iniciativa:

- A vontade de viabilizar a Expedição de Educação Ambiental ganhou impulso com o apoio do Ministério Público Estadual, que possibilitou a aquisição de uma embarcação maior, adaptada para funcionar como um posto de fiscalização e policiamento móvel.
- O intuito de agregar serviços relevantes à embarcação, que atendessem às necessidades das comunidades, levou à colaboração das instituições parceiras, compartilhando os custos e recursos da ação.

Primeiras Edições e Evolução:

- A realização das primeiras edições da Expedição, em 2016 e 2017, envolveu a participação ativa das instituições parceiras e destacou a eficácia da abordagem multidisciplinar.
- O sucesso dessas edições reforçou a importância da integração de esforços e a busca contínua por formas inovadoras de enfrentar os desafios locais. Há de se ressaltar não só a eficiência da atividade, mas pode se dizer até de inexequibilidade de ações, caso sejam desenvolvidas por apenas um órgão público e/ou demais atores envolvidos.
- Hoje a PMA é procurada por diversas instituições que oferecem seu apoio para viabilizar as próximas edições da expedição.

3.4 Ações e etapas da implementação

A seguir, são descritas as principais ações e atividades implementadas na Expedição de Educação Ambiental no Pantanal, bem como as estratégias de participação, transparência e controle, e as articulações institucionais realizadas para alcançar os objetivos da prática:

1. Planejamento e elaboração da expedição: Esta etapa consiste no planejamento de cada edição da ação, em que são definidos os objetivos, metas, cronograma e recursos necessários para sua realização. Também são estabelecidas as estratégias de participação da comunidade e a forma como serão realizadas as atividades de educação ambiental. Nessa fase, são realizadas reuniões, de forma presencial e virtual, para alinhamento, entre o efetivo da PMA e instituições parceiras;
2. Parcerias institucionais: Nessa etapa a PMA define, estrategicamente, quais as instituições que serão convidadas a participar naquele ano. Essas instituições não somente irão oferecer atividades diversas para as comunidades, mas também ajudarão a angariar os recursos necessários para a realização da expedição e todas as demais ações envolvidas, tais como o calendário de educação ambiental;

3. **Divulgação e mobilização:** Antes do início da expedição, são realizadas ações de divulgação e mobilização nas comunidades ribeirinhas, escolas e demais públicos envolvidos. Isso inclui visitas dos policiais, informes em rádio local e contato com a coordenação das escolas, além de outras formas de comunicação para incentivar a participação das pessoas;
4. **Implementação das atividades:** Durante a expedição são realizadas diversas atividades educativas nas escolas das comunidades ribeirinhas. Isso inclui rodas de conversa, distribuição de materiais didáticos, jogos educacionais, exposição de animais taxidermizados, teatro, palestras, oficinas, entre outras. Neste momento os alunos são desafiados a criar desenhos sobre a sua percepção sobre o Pantanal e suas vidas na região;
5. **Seleção dos desenhos e produção do Calendário:** Após a expedição, uma comissão escolhida pela PMA avalia e seleciona os desenhos criados pelos alunos para compor o Calendário de Educação Ambiental no Pantanal que sempre é elaborado para distribuição no próximo ano. Esse calendário é produzido de forma impressa e distribuído gratuitamente nas comunidades e escolas da região, bem como em outras regiões do Brasil;
6. **Avaliação e monitoramento:** Após a realização da expedição e a distribuição do calendário, é feita uma avaliação das atividades realizadas e dos resultados alcançados. Isso inclui o *feedback* dos parceiros e dos participantes, o registro de indicadores e o monitoramento dos impactos na conscientização ambiental e práticas sustentáveis nas comunidades ribeirinhas;

Quanto às estratégias de participação, transparência e controle:

- **Participação da comunidade:** A expedição é desenvolvida em estreita colaboração com as comunidades ribeirinhas, levando em consideração suas necessidades, demandas e conhecimentos locais. Isso é feito por meio de visitas *in loco* e diálogos com os moradores.
- **Transparência:** Todas as etapas da expedição, desde o planejamento até a distribuição do calendário, são realizadas de forma transparente, com informações claras e acessíveis aos participantes e ao público em geral.
- **Controle social:** A comunidade e demais *stakeholders* são incentivados a participar ativamente do processo de controle social, fornecendo *feedback*, sugerindo melhorias e acompanhando a execução da expedição.

Articulações institucionais importantes para a realização de cada edição da expedição:

- **Parcerias com instituições públicas e privadas:** A expedição conta com parcerias estratégicas com diversas instituições públicas e privadas, como a Marinha do Brasil, Prefeitura

de Corumbá, Instituto SOS Pantanal, Instituto Homem Pantaneiro, Instituto Acaia, Instituto das Águas da Serra da Bodoquena, UFMS, Polícia Militar, Grupamento Aéreo, ECOA, Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho e Secretaria de Estado de Educação.

- Cooperação entre organizações sem fins lucrativos: A PMA e outras instituições parceiras atuam em conjunto com organizações sem fins lucrativos para ampliar o alcance das ações e serviços oferecidos à comunidade ribeirinha.
- Integração de ações e serviços: A expedição integra ações de educação ambiental, fiscalização e policiamento ambiental, promovendo uma abordagem multidisciplinar para a proteção e preservação do Pantanal.

4. Recursos utilizados

Recursos humanos: Equipe da Polícia Militar Ambiental, composta por patrulheiros, pilotos e demais agentes de segurança pública. Apenas da PMA são no mínimo 7 policiais, sendo 4 necessários para compor a tripulação da embarcação maior, denominada Mitã Rory, que pelas normas marítimas precisa ser composta de Patrão, Maquinista, Cozinheiro e Tripulante, além de 3 para pilotar as embarcações menores. Além disso, voluntários e profissionais de outras instituições parceiras, como o 6º Batalhão de Polícia Militar e outras instituições públicas e privadas que participam das expedições e prestam serviços às comunidades ribeirinhas. Além disso, a presença de recursos humanos da área jurídica possibilita a oferta de serviços advocatícios às comunidades, atendendo às suas demandas legais.

Recursos financeiros: Orçamento próprio da Polícia Militar Ambiental, recursos provenientes de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) do Ministério Público Estadual (MPE), recursos da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho (MPT) para reforma da embarcação Mitã Rory, doações de empresas e da sociedade civil para aquisição de materiais, alimentos e outros itens necessários para a expedição.

Recursos materiais: Embarcação Mitã Rory, lanchas menores, equipamentos de segurança, materiais educativos, alimentos e itens para as cestas básicas entregues às comunidades, materiais para atividades de educação ambiental, entre outros.

Recursos tecnológicos: Uso de tecnologias de comunicação e informação para a coordenação da expedição, como rádios, celulares e dispositivos de comunicação por satélite, além de equipamentos de navegação e rastreamento para a segurança da equipe durante as atividades.

Recursos de tempo: A expedição tem duração de pelo menos uma semana, incluindo o tempo de deslocamento até as comunidades ribeirinhas e o período de realização das atividades e atendimentos.

Recursos financeiros: O custo da aquisição da embarcação Mitã Rory foi de R\$ 250.000,00, proveniente de TAC do MPE. As reformas foram realizadas com recursos da Justiça do Trabalho (R\$ 150.000,00)⁸ e do MPT (R\$ 60.000,00). O valor dos demais recursos financeiros varia a cada expedição, dependendo das parcerias estabelecidas, demonstrando a viabilidade e o engajamento de diferentes setores da sociedade na realização da Expedição.

A prática se destaca por sua eficiência na utilização dos recursos disponíveis. A busca por parcerias e recursos externos, como os provenientes de TACs, doações e apoio de outras instituições, possibilita a ampliação dos serviços prestados. A utilização de uma embarcação maior como posto de fiscalização e policiamento móvel também otimiza recursos, já que permite a promoção da segurança pública junto ao atendimento a diversas comunidades em uma única expedição, reduzindo a necessidade de deslocamento e uso de embarcações menores.

A expedição também evidencia o uso eficiente dos recursos energéticos, demonstrado pela integração de diversos serviços públicos a bordo de uma embarcação, de forma que se fosse realizada de maneira independente seria demasiado expensivo.

Em uma simples demonstração em uma expedição com 5 instituições públicas participantes, cada uma dessas 5 instituições gastaria em média 1000 litros de gasolina somente para cobrir todo o trajeto percorrido durante a expedição, o que totalizaria 5.000 litros de gasolina, enquanto a bordo da embarcação utilizada na referida ação são utilizados apenas 2.000 litros de combustível (diesel + gasolina).

Se for analisado do ponto de vista de conforto aos servidores/voluntários, há ganho significativo nesse quesito, pois a embarcação possui acomodação com cama e condicionadores de ar e refeitório, o que propicia além do conforto, integração dos participantes.

Considerando a questão do peso, só na entrega dos gêneros alimentícios não se falaria mais em eficiência, mas sim em inxequibilidade, tendo em vista que os donativos pesam cerca de 5 toneladas, o que seria inviável de se transportar em embarcações menores.

Sendo assim, a redução significativa do consumo de combustível e a melhoria das condições de conforto aos servidores/voluntários proporcionadas pela embarcação Mitã Rory, tornam a prática viável e eficaz. Além disso, a expedição se beneficia da colaboração voluntária

⁸ <https://www.trt24.jus.br/-/justica-do-trabalho-levara-materiais-didaticos-e-esportivos-para-ribeirinhos-no-pantanal>

de profissionais de diversas áreas, o que aumenta a eficiência e abrangência das atividades realizadas.

O monitoramento e avaliação dos resultados permitem identificar as necessidades das comunidades atendidas, possibilitando o direcionamento eficiente dos recursos para as ações mais relevantes. A prática busca a economia e utilização racional dos recursos materiais, adquirindo apenas o necessário para cada expedição, evitando desperdícios e garantindo que as doações sejam bem direcionadas e aproveitadas.

Há estudos que comprovam a importância das freiteiras para as comunidades ribeirinhas do Pantanal (SANTANA *et al.*, 2017). Essas freiteiras são uma modalidade de transporte para a região de difícil acesso no Pantanal. São embarcações de pequeno calado e fundo chato, que transportam mercadorias diversas. Considerando que a Expedição leva em conta o conhecimento do terreno e as peculiaridades locais, se tornou uma espécie de “freiteira dos serviços públicos” para as comunidades ribeirinhas do Pantanal, de maneira que não há que se falar somente em eficiência, mas sim como única forma viável de universalidade da prestação do serviço público.

5. Caracterização da situação atual

5.1 Mecanismos de monitoramento

Os métodos de monitoramento da Expedição de Educação Ambiental no Pantanal são fundamentais para garantir a efetividade das ações e o atendimento adequado às necessidades das comunidades ribeirinhas. A PMA, norteadada pela filosofia de polícia comunitária, realiza visitas rotineiras às comunidades da região. Essa interação contínua permite possibilita a aferição dos resultados das expedições anteriores, como a utilização correta dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) nas atividades de coleta de iscas.

Além disso, as visitas permitem que a PMA identifique as necessidades e demandas das comunidades para as próximas expedições. Por exemplo, a inclusão de legumes desidratados nas cestas básicas distribuídas durante a expedição foi uma decisão tomada com base nas observações feitas pelos policiais que averiguaram a carência de determinados nutrientes na dieta dos ribeirinhos, tema que já foi inclusive objeto de pesquisa: A dieta nutricional dos ribeirinhos já foi inclusive tema de pesquisa:

O público alvo foi composto por ribeirinhos de ambos os sexos, crianças, adolescentes, adultos e idosos, com idade igual ou superior a 6 anos de idade, residentes nas comunidades da Barra do São Lourenço e Porto Esperança, localizadas no pantanal Sul-MatoGrossense, na área rural do município de Corumbá. (CLÍMACO, 2020)

Esse tipo de monitoramento é essencial para garantir que as ações da expedição estejam alinhadas com as reais necessidades das comunidades atendidas.

Outro aspecto importante do monitoramento é o controle realizado pelas instituições participantes, que acompanham o desenvolvimento dos serviços públicos prestados durante a Expedição. Por exemplo, a assistência jurídica oferecida pelo EMAJ UFMS (Escritório Modelo de Assistência Jurídica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) é avaliada para verificar sua efetividade e atendimento às demandas legais das comunidades.

O monitoramento contínuo é uma prática essencial para aprimorar as ações da Expedição ao longo do tempo, identificando os pontos fortes e as oportunidades de melhoria. Dessa forma, a equipe responsável pode ajustar as estratégias e atividades conforme necessário, garantindo que a expedição continue a atender de forma efetiva e sustentável as necessidades das comunidades ribeirinhas do Alto Pantanal. A filosofia de polícia comunitária e o comprometimento das instituições participantes são elementos-chave para o sucesso desse processo de monitoramento e aprimoramento contínuo das ações.

5.2 Resultados quantitativos e qualitativos concretamente mensurados

Os resultados alcançados pela Expedição de Educação Ambiental no Pantanal são bastante expressivos e demonstram o impacto positivo que a prática teve nas comunidades ribeirinhas do Alto Paraguai. Alguns dos principais resultados obtidos são os seguintes:

Alcance educacional: Ao longo das 7 expedições já realizadas, foram atendidas 5 escolas ribeirinhas, sendo que uma encontra-se fechada atualmente, totalizando cerca de 200 crianças beneficiadas em cada edição. As atividades de Educação Ambiental proporcionaram um maior conhecimento sobre o Pantanal e sua importância para a preservação ambiental, contribuindo para a conscientização e sensibilização dos estudantes.

Doação de materiais didáticos: Foram entregues um número significativo de materiais didáticos para cada instituição de ensino visitada, auxiliando no aprimoramento da qualidade da educação nas escolas ribeirinhas.

Distribuição de calendários: A distribuição de 7.200 calendários com temática ambiental contribuiu para disseminar informações sobre a preservação do Pantanal e suas espécies características, alcançando um amplo público e reforçando o compromisso com a proteção do meio ambiente.

Incentivo à informática e conectividade: A doação de 6 computadores com impressora possibilitou o acesso à informática nas escolas ribeirinhas, auxiliando no desenvolvimento educacional e no acesso à informação. Além disso, a instalação de internet na

Aldeia Guató trouxe benefícios para a comunidade, facilitando o acesso a serviços e informações.

Doação de alimentos, roupas, sapatos e brinquedos: A doação de 9 toneladas de alimentos, 1 tonelada de roupas, sapatos e brinquedos teve um impacto significativo na melhoria das condições de vida das comunidades atendidas, contribuindo para a segurança alimentar e o bem-estar dos moradores.

Figura 4 – Distribuição de donativos para as comunidades ribeirinhas



Fonte: BPMA MS (2020)

Apoio aos coletores de iscas: A entrega de cerca de 200 macacões para os coletores de iscas vivas contribuiu para a segurança e o conforto dos trabalhadores, que desempenham uma atividade importante para o turismo de pesca amadora na região.

Incentivo ao reflorestamento: A doação de 500 mudas de árvores nativas e frutíferas incentivou o reflorestamento e a preservação do ambiente natural, contribuindo para a manutenção da biodiversidade do Pantanal.

Atendimentos jurídicos: Os mais de 50 atendimentos jurídicos prestados à comunidade demonstram o compromisso com a proteção dos direitos e a promoção da cidadania nas localidades atendidas.

Reforma da escola do Paraguai Mirim: A ação da expedição contribuiu para a reforma da escola do Paraguai Mirim, proporcionando melhores condições de estudo e bem-estar para os estudantes.

Os resultados alcançados evidenciam a efetividade e relevância da Expedição de Educação Ambiental no Pantanal. O envolvimento de diversos parceiros e a visibilidade trazida por essa ação foram essenciais para a ampliação do alcance e impacto da prática, beneficiando

um número significativo de pessoas e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades.

6. Lições aprendidas

6.1 Soluções adotadas para a superação dos principais obstáculos encontrados.

Durante a elaboração e implementação da Expedição de Educação Ambiental no Pantanal, foram encontrados alguns obstáculos, superados com soluções criativas e colaboração entre as instituições envolvidas. Alguns dos principais obstáculos enfrentados foram:

Logística e Acesso: A região do Pantanal apresenta desafios logísticos significativos, com comunidades ribeirinhas distantes e de difícil acesso. Para superar esse obstáculo, a solução encontrada foi utilizar a embarcação Mitã Rory como posto de policiamento e fiscalização móvel, permitindo o acesso a diversas comunidades de forma mais eficiente.

Recursos Financeiros: A realização da expedição envolve custos com combustível, materiais, alimentação e outros recursos necessários para atender às comunidades. Para superar esse obstáculo, foram firmadas parcerias com instituições como o Ministério Público Estadual e a Justiça do Trabalho, que destinaram recursos para a aquisição e manutenção da embarcação e outros custos operacionais, além dos recursos provenientes das instituições que participam da ação e, que também, captam de outras fontes.

Integração de Órgãos e Instituições: A abordagem integrada da expedição envolve a colaboração de diversos órgãos e instituições, o que pode apresentar desafios de coordenação e alinhamento de ações. Para superar esse possível obstáculo, são realizadas reuniões e planejamentos conjuntos, visando garantir a atuação harmoniosa e integrada de todas as partes envolvidas.

Sensibilização e Educação Ambiental: Promover a conscientização ambiental nas comunidades e entre os estudantes requer abordagens educativas adequadas. Para superar esse obstáculo, a expedição utiliza atividades lúdicas, palestras, jogos temáticos e exposições, criando uma abordagem mais envolvente e atrativa para os participantes.

Desafios Jurídicos: Algumas demandas das comunidades envolvem questões jurídicas que exigem assistência e orientação adequadas. Para superar esse obstáculo, a expedição conta com a participação de profissionais da área jurídica, que oferecem assistência e suporte aos moradores nas questões legais.

Em suma, a superação dos obstáculos à elaboração e implementação da Expedição de Educação Ambiental no Pantanal foi alcançada através de soluções colaborativas, integração de recursos, planejamento cuidadoso e abordagens criativas para atender às necessidades das

comunidades ribeirinhas de forma eficiente e eficaz. A experiência acumulada ao longo dos anos tem permitido aprimorar continuamente a prática, tornando-a uma ferramenta inovadora de gestão da segurança pública e de promoção da educação ambiental nas regiões do Pantanal.

6.2. Fatores críticos de sucesso:

Os fatores críticos de sucesso que foram fundamentais para o sucesso da Expedição de Educação Ambiental no Pantanal são:

Parcerias institucionais: O engajamento de diversas instituições públicas e privadas, já elencadas nos itens anteriores, são cruciais para a expedição. A soma de esforços e recursos permitiu ampliar o alcance das ações e serviços prestados, fortalecendo a ação.

Voluntariado e colaboração: A participação voluntária de profissionais de diversas áreas, como psicólogos, advogados, médicos, assistentes sociais, educadores, biólogos e outros especialistas, trouxe expertise e qualificação às atividades desenvolvidas, aumentando a efetividade da expedição.

Planejamento e coordenação: O planejamento detalhado de cada expedição, incluindo a definição das comunidades a serem atendidas, as atividades a serem realizadas e os recursos necessários, foi essencial para o sucesso da prática. Além disso, a coordenação eficiente entre os diferentes parceiros e participantes das expedições garantiu a eficácia das ações.

Monitoramento e avaliação contínua: A prática contínua de monitorar e avaliar os resultados das expedições permitiu identificar as necessidades das comunidades atendidas, ajustar as atividades e direcionar os recursos para as ações mais relevantes.

Reconhecimento oficial: A inclusão da Expedição de Educação Ambiental no Pantanal, por meio do Calendário de Educação Ambiental, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Lei Estadual nº 5.348, de 30 de maio de 2019, trouxe reconhecimento institucional e visibilidade para a prática⁹. Esse reconhecimento contribuiu para a legitimação da expedição e o fortalecimento das parcerias.

Envolvimento das comunidades: O estabelecimento de uma relação de confiança e diálogo com as comunidades ribeirinhas foi determinante para o sucesso da prática. O respeito às peculiaridades locais, a escuta ativa das demandas e a adaptação das atividades às

⁹ <https://www.al.ms.gov.br/Noticias/92526/sancionada-lei-de-evander-que-inclui-educacao-ambiental-no-pantanal-no-calendario>

necessidades das comunidades contribuíram para o engajamento dos moradores e a adesão às ações propostas.

Eficiência na utilização dos recursos: A busca por parcerias e recursos externos, aliada à utilização racional dos recursos próprios, permitiu otimizar os investimentos e ampliar o alcance das atividades. A gestão eficiente dos recursos financeiros, materiais e humanos foi um fator crítico para o sucesso da prática.

6.3 Por que a prática pode ser considerada uma inovação?

De fato, a Expedição de Educação Ambiental no Pantanal se tornou uma poderosa ferramenta de gestão da segurança pública nas comunidades ribeirinhas do Alto Paraguai. A ênfase na prestação de serviços nessa localidade remota e de difícil acesso torna a prática inovadora, uma vez que facilita a prestação de serviços públicos.

A presença da PMA e outras instituições parceiras a bordo da embarcação maior, a Mitã Rory (Figura 5), permite a realização de patrulhamentos e fiscalizações rotineiras, assim como a identificação de problemas ambientais e ações criminosas, como a pesca predatória. Essa mobilidade e proximidade permitem uma maior interação com a população local, conhecendo suas necessidades específicas e fortalecendo os laços de confiança e colaboração.

Figura 5 – Mitã Rory, durante Expedição de Educação Ambiental em 2022



Fonte: BPMA MS (2020)

Além disso, a expedição também atua na prevenção de problemas sociais e estruturais que poderiam afetar a tranquilidade e a paz social da região, como o êxodo rural e a migração populacional para centros urbanos. Ao levar diversos serviços públicos essenciais às

comunidades, como assistência jurídica, orientação sobre o uso de álcool e drogas, orientação vocacional para os adolescentes e atividades de educação ambiental, a expedição fortalece as comunidades e contribui para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos moradores.

O fato de a expedição ter se iniciado como uma ação de educação ambiental e, posteriormente, ter se expandido para atender outras demandas mostra a sua versatilidade e efetividade como uma ferramenta importante de gestão da segurança pública. Através dessa abordagem abrangente, a Expedição contribui para a redução da incidência de crimes ambientais e para a valorização das práticas tradicionais de subsistência das comunidades ribeirinhas.

Os resultados alcançados pela expedição, como a inclusão no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Mato Grosso do Sul, demonstram a sua efetividade e relevância como uma prática inovadora. O reconhecimento oficial reforça o impacto positivo da expedição na região e sua importância como uma solução inovadora para atender às demandas das comunidades ribeirinhas com a participação ativa do Estado.

6.4. Referências Bibliográficas ou de Projetos Catalogados ou Validados.

CLÍMACO, B. F. A. **Diagnóstico Socioeconômico, Ambiental e Nutricional De Comunidades Ribeirinhas Residentes Na Fronteira Brasil/Bolívia: Estudo De Caso Nas Comunidades Da Barra Do São Lourenço E Porto Esperança**. Orientador: Beatriz Lima de Paula Silva. 2020. 123. Dissertação – Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços, Câmpus do Pantanal, UFMS, Corumbá – MS, 2020.

SANTANA, L. L. T.; SILVA, A.; SILVA, B. L. P. A importância das “freteiras” para as comunidades ribeirinhas do pantanal. **Revista GeoPantanal**, UFMS/AGB, Corumbá/MS, N. Especial, p. 247-264, 2017

SELLITTI, B. Pantanal Mato-Grossense, a maior planície alagável do mundo, um dos ecossistemas mais importantes do planeta. **Phocalize.com**. c2019. Disponível em: <https://phocalize.com/turismo-mato-grosso-do-sul/164-pantanal-mato-grossense,-a-maior-plan%C3%ADcie-alag%C3%A1vel-do-mundo,-um-dos-ecossistemas-mais-importantes-do-planeta>